

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Super Intendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

05 JAN 1990

Senso comum

O Fórum Nacional realizado durante dois dias no Rio de Janeiro com o propósito de engendrar soluções imaginosas para a crise brasileira valeu pela sua reunião de quarta-feira. Mais precisamente, pela intervenção sensata do senador Roberto Campos, em seu claro entendimento de que o governo Collor não precisará recorrer ao Congresso para adotar um programa econômico de austeridade.

Considera o eficiente ministro do Planejamento do governo Castello Branco existir em plena vigência abundante legislação na medida dos projetos apresentados aos habitantes deste país ao longo de sua jornada de candidato. Até a Constituição de Outubro contém dispositivos de apoio a iniciativas salutares no campo econômico. Seu artigo 164, quando proíbe o Banco Central de financiar o próprio Governo, vai ao encontro da política saneadora esboçada pelo Presidente eleito. Até uma lei do combalido Plano Verão, que veda gastos oficiais superiores à arrecadação, resguardará quaisquer atitudes de prudência nos dispêndios públicos.

Idealizador e executor da ação econômica do único governo que conseguiu subjugar a inflação brasileira e de fato reduzi-la a limites mínimos, Roberto Campos reveste-se de autoridade para referendar esquemas em tão

importante área ou condená-los. Sem manipulações estatísticas, ele levou o governo Castello a fulminar em pouco tempo o sideral legado inflacionário de Goulart, de quase cem por cento ao ano, uma insignificância diante dos números atuais. Foi um êxito que cresce em importância se não se perder de vista a suave recessão no auge da batalha deflacionadora.

E o senador tem absoluta convicção de que o presidente Collor poderá determinar cortes drásticos nas finanças nacionais, sem necessidade de respaldo parlamentar. Porém, nos casos em que se exigirá cobertura legislativa, não haverá de faltar senso comum a deputados e senadores para aprovar providências relativas a extinção de ministérios e repartições inoperantes ou cujo setor de atividades seja seara de múltiplos órgãos. Do mesmo modo, não terão saída senão aprovar privatizações promovidas com honestidade através de atos livres de favorecimentos, límpidos em sua absoluta transparência.

Todo cidadão deste país tem consciência da difícil situação da atualidade e sabe que não será com meias medidas que uma vasta problemática será equacionada, resolvida. E os políticos também o sabem. Mais ainda.